



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador
SCS Quadra 4 Bloco A – Edifício Principal 6º andar
70304-000 Brasília – DF Tel: (61) 3213-8389

ATA
14ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho
17 de fevereiro de 2011

Local: Ministério da Previdência Social – Brasília, DF

Hora: 10h às 17h

Participantes:

Governo

- Carlos Augusto Vaz de Souza – M. Saúde
- Fernando Donato Vasconcelos – MTE
- Guilherme Franco Netto – M. Saúde
- Jófilo Moreira Lima Júnior – FUNDACENTRO
- Remigio Todeschini – MPS
- Rinaldo Marinho – MTE
- Leonardo José Rolim Guimarães – MPS

Empregadores

- Cesar Galiza – CNT
- Clovis Veloso de Queiroz Neto – CNI
- Henrique William Bego Soares – CNA
- Luis Sérgio Soares Mamari – CNC
- Nicolino Eugenio da Silva Junior – CNF

Trabalhadores

- Ana Maria Roeder – CUT
- Armando Henrique – FS
- Cleonice Caetano Souza – UGT
- Jairo José da Silva – NCST
- Jorge Alves de Almeida Venâncio – CGTB
- Luiz Antonio Festino – NCST
- Luiz Paulo Campos – CGTB
- Manoel Messias de Melo – CUT

Secretariado

- Terezinha Reis de Souza Maciel – M. Saúde

- **Ausências justificadas:** Domingos Lino – MPS, Fernando Coelho Neto – SESI/CNI, José Alves Filho – NCST, Viviane de Jesus Forte – SRTE/SP.

ATA

1 Remigio Todeschini proferiu a abertura da 14ª Reunião Ordinária, apresentando o Secretário de
2 Políticas de Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães, que comentou sobre o trâmite da
3 Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, que retornou para os Ministérios,
4 para manifestação dos novos titulares das pastas, antes de nova submissão à Presidência da
5 República. O MPS ainda não o fez, mas fará o encaminhamento em breve. O Secretário fez sua fala
6 sobre a relevância estratégica da saúde ocupacional para o Ministro da Previdência Social, destacou
7 que a questão da reabilitação está sendo tratada de forma diferenciada em relação a como era
8 tratada até então, colocou que o presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild, considera também
9 um tema de grande relevância, e que se pretende ampliar e reformular o modelo de reabilitação
10 profissional, atuando mais fortemente na prevenção. Guilherme Franco Netto assume a coordenação
11 da reunião com agradecimento à presença do Secretário e fazendo a entrega a ele do Relatório
12 Executivo das Atividades da Comissão de 2008-2010. Guilherme fez a leitura da pauta da reunião,
13 que foi aprovada, assim como a Ata da 13ª Reunião Ordinária, tendo sido assinadas as Atas da 12ª e
14 da 13ª Reunião Ordinária. Guilherme reforçou a posição do Ministério da Saúde quanto à
15 recondução, pelo Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do
16 documento da Política para análise jurídica e assinatura pelo Ministro da Saúde. Fernando
17 Vasconcelos informou que o trâmite da documentação do Decreto da Política no Ministério do
18 Trabalho e Emprego foi concluído. Remigio informou que a documentação no MPS se encontra no

Gabinete do novo Secretário, e reforçou a posição do Ministério da Previdência Social de envolver o INSS, principalmente pela inserção nas estratégias e ações do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Tendo em vista o estágio dos trâmites no MS e no MPS dificilmente será possível a assinatura do Decreto no dia 28 de fevereiro, sendo reforçada então a demanda para assinatura no dia 28 de abril, em uma cerimônia com a presença da Presidente Dilma Rousseff, se possível. Guilherme registra que qualquer esforço tanto da bancada dos trabalhadores como dos empregadores será muito bem vinda para a efetivação de uma agenda coletiva da CTSST para o dia 28 de abril. Remigio informa sobre a reunião do Conselho Nacional de Saúde - CNS, sendo eleito o Ministro da Saúde Alexandre Padilha como Presidente do Conselho, bem como discutida a 14ª Conferência Nacional de Saúde. Carlos chama a atenção para a manutenção das agendas de datas das reuniões da CTSST, dos grupos de trabalho setoriais - GTS, e para cuidarmos que não aconteçam coincidências de datas com as de outros fóruns intersetoriais estratégicos como o CNS, a CIST/CNS, a CTPP e o Conselho Curador da Fundacentro. Jofilo reforça a colocação de que a CTSST possa dar informes efetivos para a imprensa no que se refere às questões da Política, para que não sejam gerados vários informes e expectativas. Clovis apresentou Cesar Galiza, suplente do Geraldo Vianna na CNT, e justificou a ausência de Fernando Coelho Neto, do SESI. Festino justificou a ausência de José Alves Filho, da NCST. Guilherme iniciou a discussão do ponto de pauta aprovação do Relatório Executivo 2008-2010 da CTSST. Carlos retomou a idéia central do Relatório, informando que foi encaminhado para os componentes da Comissão no dia 27/01/11, tendo sido feitas as modificações no texto e no Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (anexo VI), conforme acordado na última reunião da CTSST no ano passado, bem como adicionados os relatórios dos GTS da Indústria da Construção Civil e do Transporte Rodoviário de Cargas nos anexos IV e V, respectivamente. Na medida em que a bancada de empregadores referiu não ter recebido o Relatório, foi deliberado o reenvio para todos, para discussão e aprovação na próxima reunião. Em seguida foi feita a continuidade da discussão do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Carlos relatou o processo de construção do Plano até agora, lembrou o consenso de trabalharmos primeiro as estratégias, explicitou que as ações constantes hoje do documento são exemplificativas, e apresentou a proposta, consensuada em reunião prévia da bancada de governo, de constituição de um grupo menor, com representação tripartite, para trabalhar no Plano no período entre esta e a próxima reunião da CTSST. Jofilo destaca a importância de alguns itens que estão trabalhando internamente na Fundacentro, em especial no âmbito da cooperação com o IPEA, e que é necessária uma reflexão sobre priorização das estratégias e das ações. Remigio propõe que na reunião de hoje os representantes de trabalhadores, empresários e governo façam uma tempestade de idéias quanto ao que se está pensando em estratégias e ações, e que posteriormente cada representação defina quais deverão ser as prioridades, para dar continuidade às discussões. Rinaldo Marinho destacou os esforços da Coordenação da Comissão em compilar esse documento inicial, que deve ser utilizado como base para o debate. Fernando Vasconcelos colocou o entendimento de que o documento da Política atendeu ao que se pactuou, mas que o Plano deve avançar mais, no sentido de estruturação de ações. Colocou também que o Plano não deve ser construído de forma distante da perspectiva da sociedade, que seja uma construção de ações com o envolvimento de outros fóruns e atores que marque esse processo político, que dê visibilidade política ao importante trabalho da Comissão, o que pode ter faltado e atrapalhado o encaminhamento da assinatura da política. Essa perspectiva de ampliação da participação na construção do Plano apareceu mais tarde na discussão, em fala do Manoel Messias de Melo, sendo necessário voltarmos a discutir essa proposta em outro momento. Nesse sentido, Fernando propôs a realização de uma grande ação política paralela nesse processo, com a construção de um pacto nacional de redução das mortes no trabalho, como demonstração visível desse grande processo estruturante que estamos desenvolvendo. Os representantes dos trabalhadores Ana Maria Roeder, Armando Henrique e Jairo José da Silva, fizeram colocações em que, em resumo, expressaram a preocupação com a operacionalidade da Política e do Plano, com a resolução dos problemas que estão afetando os trabalhadores. Clovis destacou a diretriz 1, em que estamos falando de todos os trabalhadores, formais e não formais, público e privado; defendeu uma maior ênfase nas micro e pequenas empresas, que têm sido um grande gargalo na questão da saúde e segurança, com propostas inovadoras para atingir esse público que ainda não foi alcançado; defendeu também uma maior ênfase na participação do empresariado; e sugeriu que analisemos a possibilidade de definir uma sigla para o Plano que permita diferenciá-lo da sigla da Política (PNSST). Festino destacou a importância da constituição do Fórum das Centrais Sindicais de Saúde do Trabalhador, que tem, na discussão em conjunto, tido avanços e poucas divergências no estabelecimento de pautas comuns; lembrou, dando como exemplo o setor do transporte, que a construção e a implementação do Plano demandarão a inclusão de outros ministérios, como o Ministério das Cidades e o Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres e de instâncias estaduais e municipais do Poder Público; e, novamente fazendo referência ao setor de transportes, informou a retomada das discussões com os empresários do setor, com uma reunião agendada para o dia 23/02. Em seguida

foram examinadas as estratégias do Plano. Guilherme fez a leitura da estratégia 1.1, reforçando que contempla a questão das pequenas empresas. Remigio colocou que temos problemas frente às questões da informalidade, como se avançar neste aspecto, que é justamente a formalização do trabalho, pois para ter direito a proteção acidentária, tem que estar formalizado e contribuindo com a previdência social; ressaltou também a dificuldade de realização da fiscalização do trabalho no campo. Henrique Soares colocou que o setor agrícola efetivamente é um setor que tem dificuldade para controlar a questão do registro de emprego até mesmo pela expansão do país, a sua diversidade, porém não é um problema enfrentado somente pela agricultura, mas por todos os demais setores da economia, seja no comércio, na confecção, na construção etc, já que a informalidade esconde para muitos um benefício que na verdade inexistente e que a CNA combate estimulando o cumprimento da legislação, o que efetivamente tem ocorrido com a modernização do setor rural, as campanhas da CNA, sindicatos e a fiscalização do MTE. Atualmente o Plano nacional de Segurança e Saúde no Trabalho está trabalhando a questão da segurança e saúde com foco na universalidade, ou seja, trabalho formal e informal, sendo direito e dever a saúde e segurança para todos, com a participação de todos os setores, inclusive governo. Informa ainda que a CNA tem procurado fazer seminários, campanhas e eventos para expandir as discussões sobre a importância do registro em carteira de trabalho e previdência social para toda a sociedade. Remigio ressaltou que as discussões sobre a busca da universalização incluem a inserção dos servidores públicos que, embora ainda constitua um problema, tem avançado, por exemplo, com a criação, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS; em relação ao atendimento das demandas dos trabalhadores rurais citou a iniciativa do Ministério da Saúde de discutir em conjunto com a Contag a criação de Cerest rurais; citou também os Cerest como uma estrutura estatal que tem conseguido atingir os trabalhadores informais. Rinaldo sugeriu que na estratégia 1.1 trocássemos o termo 'regras' por 'princípios'. Em relação à estratégia 1.2, Fernando referiu que trabalhar com o serviço público federal é muito mais fácil que com o serviço público nos estados ou nos municípios, teremos que pensar como detalhar as ações nessas esferas. Quanto à estratégia 1.3, Rinaldo sinalizou que as ações que foram usadas como exemplos nesta estratégia são ações da Secretaria de Inspeção do Trabalho, não são projetos especiais e sim programas de proteção dos direitos do trabalhador, propondo então a retirada do termo 'especiais' do texto da estratégia. A última estratégia lida foi a 1.4, não sendo possível avançar na discussão das demais estratégias em virtude do tempo. Ainda em se tratando do Plano, Clovis fez sugestões de incluir a palavra 'segurança' nas diretrizes 1 e 4, e de 'empregador' na diretriz 6, o que, não obstante serem alterações que não tiveram nenhum posicionamento contrário, demandou discussão sobre a pertinência e possibilidade de alteração do texto das diretrizes, que são as mesmas da Política. Houve o consenso de não mexermos no texto da PNSST, sob pena de atrasarmos ainda mais o processo de publicação do Decreto, e foi sugerida pelo Fernando a possibilidade de mexermos no texto das diretrizes apenas no Plano, talvez dando outra denominação para elas (por exemplo, objetivos) e assim relativizando a obrigação de manter na íntegra o texto que pactuamos na Política. Como encaminhamento para continuidade da discussão do Plano foi agendada para o dia 21 de março, em Brasília, em local a ser conformado posteriormente, a reunião de um grupo de trabalho composto por um representante de cada ministério, três representantes da bancada de trabalhadores e três representantes da bancada de empregadores, que devem se responsabilizar por consolidar as contribuições das respectivas bancadas. Na sequência Carlos informou que os dois grupos de trabalho setoriais retomarão as suas atividades em reuniões no mês de março. Clovis fez informe sobre o XIX Congresso Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, organizado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, que será realizado de 11 a 15 de setembro de 2011, em Istambul, na Turquia. Informou também que o prazo para a inscrição de trabalhos se encerrará no próximo dia 28 de fevereiro, e colocou a ideia da organização de um stand do Brasil, bem como a de proposição de uma mesa que trate da visão governamental, de empregadores e de trabalhadores quanto à experiência de construção da PNSST, ficando ele próprio responsável por verificar junto à OIT essas possibilidades e trazer as informações para a Comissão. Mais informações sobre o evento e o encaminhamento dos trabalhos poderão ser obtidas no site do Congresso: <http://www.safety2011turkey.org/>. Após, foi feita por Luiz Eduardo Alcântara de Melo, do MPS, apresentação com dados atualizados sobre o FAP, a concessão de auxílios-doença acidentários e previdenciários, inclusive por capítulos da CID-10, e dos acidentes de trabalho registrados nos CNAE da construção e do transporte, conjugada com debate com os presentes. Luiz Eduardo ficou de encaminhar para a coordenação da Comissão a apresentação, para disponibilização aos componentes da CTSST e foi demandado a preparar para apresentar na próxima reunião da Comissão os dados atualizados dos 30 setores econômicos com maiores números de óbitos e incapacidades permanentes. Remigio ofereceu a possibilidade de realização de uma capacitação de 4 horas para os componentes da CTSST sobre o manejo dos dados disponibilizados pelo MPS. Carlos reforçou as solicitações de que a bancada dos empregadores defina o sétimo representante institucional da bancada e de que todas as representações confirmem os nomes dos seus

145 representantes. Em virtude dos cortes orçamentários de diárias e passagens dos órgãos
146 governamentais foi definida que a próxima reunião da CTSST, no dia 14/04 será realizada em
147 Brasília, em local a ser conformado posteriormente, com o indicativo das duas próximas reuniões
148 serem então realizadas em São Paulo. Nada mais a ser discutido a reunião foi encerrada.